

**REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL A  
& C**

a. 14

n. 57

jul./set. 2014

**Sumário**

Editorial .....	9
-----------------	---

**DOCTRINA**

**ARTIGOS**

Información pública en clave de neoconstitucionalismo

<b>Pablo Schiavi</b> .....	13
I Neoconstitucionalismo – La constitución como fuente de derecho .....	14
II Derechos fundamentales en tiempos de neoconstitucionalismo.....	16
III Información pública y neoconstitucionalismo .....	21
IV El acceso a la información pública en el derecho internacional de los derechos humanos .....	23
V La caída del secreto de Estado – Acceso a la información pública como regla.....	26
VI Valoración y rol de los principios del derecho de acceso a la información pública en clave de neoconstitucionalismo .....	29
VII Límites al acceso a la información pública .....	34
VIII Acción de acceso a la información pública .....	37
IX Las culturas organizacionales de la Administración Pública – Más capacitación e inducción de funcionarios públicos .....	41
X Conclusiones.....	42
Referencias .....	43

La argumentación retórica en el campo del derecho

<b>Graciela Fernández Ruiz</b> .....	47
I Introducción.....	47
II ¿Qué es la retórica?.....	50
III Argumentación retórica y argumentación científica .....	53
IV Las razones que presenta Aristóteles sobre la utilidad de la retórica y la manera como éstas se relacionan con las tareas dentro del ámbito jurídico .....	57
V Conclusiones.....	67
Referencias .....	68

O estado atual da jurisprudência argentina sobre o direito à moradia

<b>Juan Gustavo Corvalán, Lucía Bellochio</b> .....	71
1 Introdução .....	71
2 A sentença “Quizberth de Castro” .....	72
3 O precedente “Alba Quintana” .....	75
4 Os casos posteriores a “Q” .....	79
4.1 As causas <i>análogas</i> a “Q”. Situações de extrema vulnerabilidade.....	79
4.2 As causas <i>não análogas</i> a “Q” .....	80
5 Há um antes e um depois da sentença “Q”?.....	82
Referências .....	83

A prática de subconcessão promovida por concessionárias de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens – “Aluguel” de horários paratelevendas e programas religiosos

<b>Emerson Gabardo, Thiago Priess Valiati .....</b>	85
1. Introdução .....	85
2. As atividades de radiodifusão sonora e de sons e imagens – Constituição como serviço público .....	87
3. A subconcessão no Direito brasileiro .....	94
4. A inviabilidade jurídica da subconcessão no setor de radiodifusão sonora e de sons e imagens .....	97
5. Conclusão .....	99
Referências .....	101

Licitações e contratos administrativos sustentáveis como um instrumento de concretização da supremacia do interesse público

<b>Ana Claudia Finger, Regeane Bransin Quetes .....</b>	105
Introdução .....	105
1. Desenvolvimento sustentável .....	106
2. Postura do Estado e necessidade de criação de gestão sustentável .....	113
3. Implementação de licitações e contratos sustentáveis em defesa do interesse público .....	118
4. Papel do Tribunal de Contas .....	123
Conclusões .....	126
Referências .....	128

A igualdade entre homens e mulheres e as Forças Armadas

<b>Samantha Ribeiro Meyer-Pflug, Vladimir Oliveira da Silveira .....</b>	133
Introdução .....	133
1. O princípio da igualdade na Constituição de 1988 .....	134
2. Igualdade de gênero .....	135
3. Legislação de proteção à mulher .....	136
4. As mulheres nas Forças Armadas – Direito comparado .....	140
5. As mulheres nas Forças Armadas brasileiras .....	141
6. As mulheres e as funções de combate .....	142
Conclusões .....	145
Referências .....	146

O Estado em Rede na lógica do “Direito Administrativo” vivo

<b>Ana Luiza Gomes de Araújo, Evaristo Caixeta Pimenta, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto, Maria Isabel Araújo Rodrigues .....</b>	147
1. Histórico da reforma administrativa brasileira e o Choque de Gestão adotado em Minas Gerais .....	148
1.1. Reforma da Administração Pública mineira – O Choque de Gestão .....	150
2. O Estado em Rede .....	152
3. A mobilização do conceito de Estado em Rede no terceiro estágio da reforma administrativa do Estado de Minas Gerais .....	155
4. Breves notas sobre o Direito Administrativo vivo .....	158
5. O Direito Administrativo vivo nas palavras de Paulo Neves de Carvalho .....	159
6. Considerações finais .....	160
Referências .....	164

**Impossibilidade de responsabilização dos advogados públicos no exercício da função consultiva**

<b>Juliano Heinen .....</b>	<b>167</b>
Introdução.....	167
1 Pareceres.....	169
1.1 Conceito.....	169
1.2 O parecer seria verdadeiro ato administrativo? .....	171
1.3 Espécies de pareceres .....	174
1.3.1 Parecer facultativo .....	175
1.3.2 Parecer obrigatório ou necessário.....	176
1.3.3 Pareceres vinculantes .....	176
1.3.4 Pareceres normativos.....	177
2 Responsabilidade dos pareceristas – Exposição do entendimento do Supremo Tribunal Federal .....	178
3 Dos erros de premissa – Equívoco dos julgamentos que imputam a responsabilidade do parecerista por ato praticado pelo gestor público .....	180
3.1 Método de abordagem dedutivo a partir do direito comparado .....	180
3.2 Método de abordagem dedutivo a partir do sistema jurídico-administrativo brasileiro...187	187
Conclusões finais .....	188
Referências .....	191

**Estado gerencial, regulação econômica e serviços públicos – O papel das agências na promoção do desenvolvimento**

<b>Emerson Affonso da Costa Moura .....</b>	<b>193</b>
1 Considerações iniciais.....	193
2 O Estado gerencial brasileiro.....	195
3 Regulação estatal .....	198
4 Serviços públicos .....	201
5 Direitos fundamentais e desenvolvimento .....	205
6 O papel das agências e o estudo de um caso .....	208
7 Conclusão .....	212
Referências .....	214

**Fazenda Pública e juros de mora**

<b>Magno Federici Gomes .....</b>	<b>219</b>
1 Introdução .....	219
2 Agentes públicos e regência da Lei nº 11.960/2009 .....	221
3 Fazenda Pública.....	224
4 Princípios relevantes .....	226
4.1 Princípio da isonomia ou igualdade.....	228
4.1.1 Evolução histórica.....	229
4.1.2 Conceito e aspectos relevantes .....	231
4.2 Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado .....	234
4.3 Princípio da proporcionalidade.....	237
5 Principais aspectos do voto vencedor proferido no julgamento do RE nº 453.740/RJ .....	240
6 Conclusão .....	250
Referências .....	254

<b>ABSTRACTS .....</b>	<b>257</b>
------------------------	------------

<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....</b>	<b>261</b>
--	------------